



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ATA Nº 25/2021 DA COMISSÃO DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS (CUMASP)

Aos treze dias do mês de Dezembro de 2021, as 17h26m, a Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Serviços Públicos (CUMASP) se reuniu na sede da Câmara Municipal de Ubá com a presença dos vereadores José Maria Fernandes, Presidente da Comissão, e os Vereadores Gilson Fazolla Filgueiras e Aparecida Sônia Ferreira Vidal, Membros Titulares da Comissão. Além deles participaram também os Vereadores Edeir Pacheco da Costa; José Roberto Reis Filgueiras; Aline Moreira Silva Melo, Célio Lopes dos Santos; José Carlos Reis Pereira e Alexandre de Barros Mendes.

Participaram também desta reunião, a Procuradora-Geral, Dra. Juliana Jacob, o Assessor Legislativo II, Lucas Vaz, e os técnicos da Prefeitura Municipal de Ubá: O Assessor Técnico do Gabinete, Ricardo Antônio do Nascimento; o Gerente da Divisão de Gestão Urbanística e Desenvolvimento Territorial, Lucas Valente Pires e o Gerente da Divisão de Regularização e Desenvolvimento Sustentável, Paulo Sérgio Costa de Oliveira. A reunião tratou, entre outros assuntos, do Projeto de Lei Complementar nº 02/2021, que estava com vista do Vereador Gilson Fazolla Filgueiras:

1) Projeto de Lei Complementar nº 02/2021: Altera a redação do inciso III, do § 2º e inciso VI do § 3º, do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 106, de 08 de setembro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação orgânica e administrativa do Executivo Municipal de Ubá e dá outras providências. Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo.

Iniciando a reunião, o Vereador Gilson pediu aos técnicos da Prefeitura que falassem um pouco melhor sobre o Projeto e qual sua aplicabilidade concreta. O servidor Ricardo então iniciou agradecendo o convite e começou falando que o trabalho da Secretaria tem sido já há algum tempo, principalmente no que se refere a sustentabilidade.

Segundo ele, em Ubá, existe um grande problema: Quando você chega na Secretaria de Planejamento para requerer um projeto de construção, caso ele seja aprovado lá, depois você ainda precisa conseguir o alvará também da Secretaria de Meio Ambiente, sendo que muitas vezes estas duas Secretarias “não conversam entre si”. Conforme permite a Lei Orgânica, este Projeto de Lei pretende reorganizar a Prefeitura Administrativamente, trazendo para dentro da Secretaria de Planejamento a parte da liberação de licenciamento ambiental. Desta forma a pessoa conseguiria os “dois alvarás” de forma muito mais dinâmica e daria celeridade aos processos.

Ricardo seguiu explicando que há cerca de um ano, a Prefeitura puxou para ela a responsabilidade de emitir as licenças ambientais no âmbito municipal, tirando a competência que era anteriormente do Estado. Ricardo adiantou ainda que já estão fazendo um estudo técnico para unificar todas as leis relacionadas a política urbana de Ubá, uma vez que as leis que existem hoje foram feitas em épocas diferentes e de certa forma “não se comunicam” entre si. Desta forma, pretendem enviar, em breve, uma única Lei para a Câmara Municipal apreciar e que unifique todas as demais relacionadas a política urbana.

Sobre a Secretaria de Meio Ambiente e Mobilidade Urbana, Ricardo disse que agora ela também ganhará a incumbência dos assuntos ligados a “Agricultura”. Ele disse que Ubá ainda tem atividade de Agricultura e eles querem potencializar estas atividades, sendo que ano que vem eles querem retornar com o torneio leiteiro e, quem sabe, a exposição Agropecuária.



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Ele fez questão de frisar que, segundo ele, o ponto crucial desta mudança é o seguinte: Caso eles assumam a parte de licenciamento ambiental, significa que o Vicente (Atual Secretário de Meio Ambiente) poderá pedir licenciamento para aterro, transbordo, limpeza de rio. Atualmente ele não poderia porque do jeito que está, ele mesmo pediria o licenciamento e ele mesmo executaria, uma vez que estas questões ainda estavam vinculadas a pasta de Meio Ambiente.

Ricardo destacou que Ubá hoje tem um grande know-how por conta dos trabalhos exercidos na área ambiental e a cidade tem sido exemplo para várias outras em toda a região.

A Vereadora Soninha indagou os presentes sobre a demora para realizar a poda de árvores que, muitas vezes, precisam ser feitas rapidamente. Ricardo lembrou que esta execução é feita na Secretaria do Meio Ambiente.

Ricardo seguiu dizendo que o objetivo é dar uma nova “roupagem” para ambas as Secretarias, tentando dinamizar os serviços oferecidos. Eles ficarão com a parte burocrática, e não são as pessoas quem vão a rua fazer o serviço. A questão das multas ambientais ele disse que existem sim, são pesadas, mas não foram eles que criaram, isto é uma Lei Federal. O que ele disse poder assegurar aos Vereadores é que irão aplicar a Lei e caso a pessoa não concorde, cabe a ela explicar seus motivos e eles estarão disponíveis para ouvir todos os lados.

Ricardo chamou a atenção para um ponto: A pessoa que quiser aumentar sua fábrica, por exemplo, e precisar cortar árvores para isto, ao invés de pagar 30 reais por árvore desmatada, a Prefeitura de Ubá mapeou uma série de áreas verdes no município e a pessoa poderá plantar naqueles locais as árvores que desmatou em outros. Isso, dentro de 5 anos em média, irá criar corredores ecológicos dentro do centro da cidade, tornando a cidade mais fresca.

O Vereador Gilson lembrou a necessidade de plantar estas árvores mas se for em determinados locais, é necessário fazer toda uma estrutura no entorno, evitando problemas para a população.

Seguindo com outra pergunta, o Vereador Gilson perguntou sobre a torre colocada no bairro seminário. É sabido que não se pode construir perto de praças, áreas verdes e, atualmente, a torre está embargada.

Ricardo então disse que a Prefeitura, através de seu servidor, de fato errou em liberar essa autorização sem passar pelo CONDES. Está embargado e se vier uma decisão para liberar a obra, eles irão cumprir. Mas atualmente a obra está embargada.

O Vereador José Roberto perguntou se não há a possibilidade de negociar com a empresa e ceder uma outra área pública para a empresa. Ricardo disse que é possível, mas que a Prefeitura teria que arcar, provavelmente, com a transferência para o outro local e também os gastos que a referida empresa já tenha gastado.

O Vereador José Roberto pediu a palavra e perguntou aos técnicos da Prefeitura sobre esta questão do licenciamento: Ele questionou sobre como era feito antes e porque só agora está havendo esta necessidade de adequação por parte do Poder Executivo.

Ricardo então explicou que antes as licenças ambientais eram solicitadas diretamente ao Estado, mas isso demorava muito mais tempo e era mais burocrático. À partir do momento em que esta incumbência passou a ser da Prefeitura, houve a necessidade de fazer esta adequação. Ou seja, agora que é a própria Prefeitura quem emite essa



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

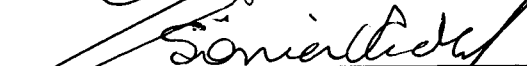
autorização, é sim necessária esta adequação. E mais: Ricardo também lembrou que atualmente a Prefeitura também cobra a assinatura do responsável técnico por parte da pessoa interessada sobre qualquer projeto que a mesma queira executar. Está sendo dividida a responsabilidade, uma vez que antes não era necessária esta assinatura de nenhum profissional por parte do interessado em realizar projetos.

O Vereador José Carlos perguntou sobre a situação das fábricas de móveis na cidade das quais muitas estão em situação de risco ambiental e irregulares. O servidor Ricardo lembrou que todos os processos estão em andamento e ele comentou que existe uma área na Ligação, pertencente a Prefeitura, que está sendo analisada para que ocorra, talvez, a permuta entre os imóveis hoje em situação irregular e que pertencem a fábricas e a referida área na Ligação.

As fábricas, neste cenário, iriam para outro local no qual estejam com as adequações corretas e, no atual espaço que hoje elas pertencem, talvez possam ser utilizadas para construção de praças, ou até mesmo outra função social.

Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 18h15m.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARIA FERNANDES  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

  
\_\_\_\_\_  
APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
\_\_\_\_\_  
GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO